

A disputa e a controvérsia em torno dos terrenos chegou, também, ao Porto Novo, ilha de Santo Antão. A constituição da Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Urbano do Porto Novo, que terá a seu cargo 7,5 quilómetros quadrados, está a opor a Câmara Municipal ao maior partido da oposição no concelho, o PAICV, que acusa o executivo de Amadeu Cruz (MpD) de estar a favorecer uma sociedade de “compadres, amigos e grupos”, que pretendem, assim, “usurpar os bens municipais em proveito próprio”. Uma acusação que o edil portonovense refuta, afirmando que os seus acusadores não têm moral para falar de corrupção.



Por: ALÍRIO DIAS DE PINA

AMADEU CRUZ

ELÍSIO ROCHA

Terrenos e gestão municipal em causa

A Câmara do Porto Novo vai estar hoje, 24, sob o fogo do PAICV na Assembleia Municipal, que se reúne em sessão extraordinária para decidir da participação da edilidade na Sociedade de Desenvolvimento Turístico e Urbano do Porto Novo. Em causa está uma vasta área, aproximadamente 7,5 km² (750 hectares) de terrenos, que o executivo local pretende pôr à disposição da referida sociedade, para fins urbanísticos e turísticos. Esta tem como accionistas maioritários as imobiliárias Constur e Editur, sediadas nos Espargos e na cidade da Praia, respectivamente. A primeira tem à testa Zinho Fonseca e a segunda José Teixeira.

Aquelas duas imobiliárias assumirão, no conjunto, 54% das acções. A Câmara de Porto Novo responderá por 27% do capital – que observadores locais pensam ser em terrenos, já que o orçamento para o próximo ano não contempla nenhuma verba para tal. O

deputado do PAICV Alberto Josefá Barbosa e o empresário José Pedro Oliveira (próximo do MpD, partido de que foi deputado nacional na anterior legislatura) subscreverão as restantes acções, com 9,5% cada.

O assunto deve dominar a sessão extraordinária de hoje da Assembleia Municipal, depois de os vereadores do MpD terem, na reunião da Câmara da semana passada, aprovado, com a abstenção dos tambarinas, a entrada daquele município na novel sociedade. Josefá Barbosa, que acumula a função de deputado municipal com a de deputado nacional, foi substituído nesta sessão da AM por um outro eleito local, em virtude de, nos termos da lei, estar impedido de se pronunciar sobre matéria que lhe diz respeito.

Abancada do PAICV deverá, conforme o primeiro-secretário, votar contra a proposta ventoinha, por considerá-la lesiva aos interesses do concelho a

constituição de uma sociedade que de uma assentada ocupa 7,5 km² de terrenos pertencentes ao município. Segundo fundamentou o edil Amadeu Cruz durante o último encontro da CM, a “estratégia passa pela constituição de uma sociedade de direito privado, que se ocupará da elaboração e gestão dos planos urbanísticos e da ocupação turística da área ao longo do troço da estrada que liga a Cidade do Porto Novo aos Curraletes”.

CIDADANIA E NEGÓCIOS DE GRUPOS

Elísio Rocha, líder do PAICV no Porto Novo, alerta que combater esse negócio é, acima de tudo, uma questão de cidadania. “Não se trata de uma questão partidária, pois a junção de um deputado de um partido e um presidente da Câmara de uma outra força política nesta sociedade prova que, para

determinadas pessoas, os interesses financeiros individuais falam mais alto. Combater esse processo é uma questão de cidadania”, salienta.

Rocha denuncia ser este projecto “uma sociedade de compadres e amigos”, que “pretende proporcionar o enriquecimento rápido deste pequeno grupo”, lesando desta forma os interesses dos munícipes, que também têm o direito de participar no desenvolvimento do seu concelho.

O dirigente da oposição tambarina diz que tudo aponta para uma “cabala”, montada por um deputado municipal e nacional, “sedento de enriquecimento rápido”, e embora não mencione nomes, essa referência só pode levar ao seu colega de partido Josefá Barbosa. “Independentemente de quem montou tal cabala, é o presidente da CM – enquanto responsável pela gestão municipal, quem deve defender os interesses individuais e colectivos dos munícipes no acesso aos

recursos disponíveis, baseado em princípios éticos, legais, de equidade e equilíbrio – que recai a maior responsabilidade nesta matéria”.

Elísio Rocha vai mais longe e pergunta quais são nesta matéria os interesses individuais do dirigente municipal, que se gaba de ser economista com experiência na gestão empresarial. “A consumir-se este projecto, os prejuízos provocados pelo actual presidente da CM do Porto Novo neste mandato seriam de longe superiores aos provocados pelo ex-edil Joel Barros em dois mandatos”, perspectiva o entrevistado deste jornal (texto ao lado).

Rocha alega, ainda, que pelos elementos que a compõem, a SDTUPN é aberrante, por incluir duas empresas com um número de acções (54%) que lhes permite decidir não só sobre como, quando e quantos investimentos podem realizar, como também acerca das condições de acesso aos terrenos na área de expansão mais nobre da cidade do Porto Novo, influenciando na fixação dos preços.

A mesma fonte questiona ainda o artigo 31º da constituição da futura sociedade pelo qual se define que os lucros apurados em cada balanço anual serão, depois de deduzidas todas as despesas e encargos, distribuídos da seguinte forma: a) Uma pequena percentagem para a constituição e reintegração do fundo de reserva legal, até ao limite fixado na lei; b) As percentagens determinadas pela Assembleia-geral da referida sociedade para constituição de outros fundos de reserva ou para conta nova; c) O restante para distribuição aos accionistas como dividendos; d) Outras finalidades que a AG deliberar.

“O mais grave deste artigo”, adverte o líder do PAICV no Porto Novo, “a par de deixar claro que proporcionará o enriquecimento do pequeno grupo constituído pelos sócios privados, reside nas alíneas b) e d), que abrem a possibilidade de corrupção passiva e activa”. Daí, acrescenta, a razão desta denúncia do PAICV de Porto Novo.

O líder do PAICV no Porto Novo não se mostra, entretanto, minimamente sensibilizado com o facto de o artigo 10º da sociedade estipular que as acções da CM gozam de prerrogativas de “golden share”, significando com isso que, em determinadas matérias, a edilidade tem o direito a veto. “Mesmo que estas prerrogativas fossem na prática aplicadas, elas são limitadas a determinadas matérias, nomeadamente a fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade e transmissão de acções. A gestão corrente seria, portanto, determinada pelos interesses de quem detém a maioria efectiva das acções da SDTUPN, ou seja, os privados”, alerta Elísio Rocha.

CÂMARA E SUA ESTRATÉGIA

Leitura bem diferente deste processo tem o presidente da CM do Porto Novo, para quem o líder local do PAICV não percebe nada de gestão, tão-pouco tem moral para falar de corrupção. “Contestamos esta forma abusiva de fazer política, que consiste em lançar suspeitas e lama às pessoas. O PAICV pode, se assim quiser, utilizar os mecanismos legais que tem à sua disposição para fazer valer os seus argumentos”, rebate Amadeu Cruz, “e não recorrer à suspeição pública”.

O autarca esclarece que é a AM quem vai criar a SDTUPN, caso assim o entender. “Se se vier a provar que a proposta para a constituição desta sociedade não é boa para o Porto Novo, não tenho problema de a retirar, desde que surjam outras soluções melhores”, admite Amadeu Cruz, que vai avisando que não tem nenhum laço ou compromisso com os promotores deste negócio.

Cruz esclarece que a sociedade em apreço tem



um papel meramente instrumental para, no quadro de uma parceria público-privada, mobilizar recursos financeiros e comerciais para infraestruturar a área urbana da cidade em expansão, designadamente em termos de redes de esgotos, água, electricidade e comunicações. “Tendo em consideração que o município não dispõe de meios técnicos e financeiros para, sozinho, executar esta estratégia, identificamos, no âmbito das parcerias entre os sectores público e privado, a cooperação necessária, envolvendo empresas nacionais com grande e reconhecida experiência nas áreas de construção de obras públicas e urbanas, imobiliária e de promoção turística, sendo que o primeiro passo a se dar é o da criação de uma sociedade de direito privado, com a participação do município em condições que o dignificam”, justifica o edil na sua proposta de adesão do município à mencionada sociedade, apresentada e aprovada durante o último encontro do executivo camarário.

Sobre a venda dos terrenos, Amadeu Cruz explica haver alguma confusão entre a área que se perspectiva disponibilizar à SDTUPN e as de expansão da cidade, cujos planos urbanísticos detalhados se encontram numa fase avançada de elaboração. “Os terrenos infra-estruturados ficarão sempre na posse do município até à data da venda dos lotes nos compradores finais”, assevera.

ILEGALIDADE E IMPACTO ECONÓMICO DO NEGÓCIO

Além da alegada ilegalidade no processo, o que está em causa nesta polémica que vem movimentando Porto Novo é, na óptica dos eleitos do PAICV, uma superfície urbanizável de aproximadamente 7,5 quilómetros quadrados (750 hectares) que a Câmara pretende disponibilizar à Sociedade de Desenvolvimento Urbanístico e Turístico do Porto Novo, para fins urbanísticos e turísticos. Se forem deduzidos desta área, que vai da antiga Empa, na cidade, até à zona de Curraletes, os 30% destinados a arruamentos e espaços verdes, restaria um espaço útil equivalente a cerca de 524 hectares, ou seja, 5,2 km².

Em termos de impacto económico, se estes terrenos forem vendidos a mil escudos por metro quadrado, como acontece neste momento a nível das áreas nobres da cidade destinadas a moradias, a CM irá transferir para a SDTUPN um património estimado em 5.242.991 contos. “Esta participação em terreno da Câmara, que teria apenas 27% de acções na sociedade, seria 105 vezes superior ao capital social de mesma sociedade, fixado em 50 mil contos”, projecta a fonte deste jornal.

A oposição argumenta, por seu lado, dispor de um parecer jurídico, segundo o qual a proposta da constituição da SDTUPN deve ser rejeitada, por não estar devidamente fundamentada. O documento, a que este jornal teve acesso, alega que o Porto Novo não foi ainda declarado Zona da Desenvolvimento Turístico Integral, o que se confirma nos termos do artigo 1º do Decreto-Regulamentar nº7/94 de 23 de Maio. Um diploma que, em execução do disposto no artigo 5º do Decreto-Legislativo, teve por escopo a declaração das ZDTI.

“Assim sendo”, o projecto de sociedade que ora se apresenta jamais pode ser aceite porque, antes de mais, terá que sê-lo por decreto-lei. Outrossim, muito embora a forma dessa sociedade tenha de ser sempre anónima, tem de se ter, no entanto, muita atenção quanto ao seu modo constitutivo. Pois o capital social dessa sociedade tem de ser maioritariamente público e só pode ser subscrito por entidades públicas, isto de acordo com o nº2 do artigo 2º do Decreto-Legislativo acima referido.

A fonte jurídica que vimos citando conclui que de nada servem as prerrogativas de “golden share” constantes do estatuto da sociedade, dado que estas em nada influem na gestão corrente da empresa e tão-pouco nos propósitos de distribuir e aplicar os lucros da sociedade.

Amadeu Cruz diz, por seu turno, desconhecer qualquer ilegalidade no processo, por considerar que o projecto de constituição da sociedade em apreço está, inclusive em termos de gestão, conforme o estabelecido na lei que regula o funcionamento das sociedades comerciais.

Diante de tudo isso, A Semana apurou que o governo admite intervir, através do Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território, para evitar que se cometam ilegalidades na condução do citado dossier.

ADP

À semelhança de vários outros processos judiciais que se encontravam pendentes, à espera de julgamento, também o caso das profanações, que tinha como protagonistas os elementos do chamado Grupo de São Domingos, prescreveu com a entrada em vigor do novo Código de Processo Penal. Longe, porém, de dar por terminada a sua luta, José Filomeno Rodrigues e os seus companheiros querem, agora, ter acesso a todo o dossier judicial, para conhecerem os meandros da “trama” de que foram alvos em 1996. Por aqui passa, diz o grupo, a luta pela restituição da sua dignidade.



PROCESSO DAS “PROFANAÇÕES” PRESCREVEU

Grupo de São Domingos não desiste

Dez anos depois de apresentados como os “profanadores” de santos e templos católicos, os elementos do grupo de São Domingos não se conformam com a prescrição do seu processo por causa da entrada em vigor do novo Código do Processo Penal, em 2004. Pelo contrário, através de José Filomeno Rodrigues, lamentam que o caso não tenha sido levado a julgamento para que “tudo se esclarecesse” e os “verdadeiros culpados julgados e condenados”.

Na falta de justiça, e apesar da prescrição, Rodrigues diz que ele e os seus companheiros aguardam agora pela comunicação, também, do arquivamento do processo que contra eles foi movido pelo Ministério Público. Eles que foram presos e apresentados ao país como “os profanadores” de igrejas e locais de culto católicos na noite de 28 de Dezembro de 1996, depois de detidos em pleno funeral de um amigo em São Domingos.

Rodrigues recorda que ele e os seus colegas tinham pendentes sobre a cabeça não um, mas vários processos-crime. Queixas que viriam na sequência da sua revolta face ao que consideravam uma perseguição. E começaram a denunciar condutas e práticas de várias figuras do então governo, e não só, relativas ao dossier “profanações”, o que valeu ao grupo vários outros processos por injúria, calúnia e difamação. “Somadas todas as queixas que havia contra nós, se porventura fôssemos condenados, chegaríamos a penas que iriam de 30 a 80 anos de prisão”, comenta o Zeca com ironia.

Em resumo, com a prescrição do caso, o grupo de São Domingos quer ter acesso a todo o dossier judicial relativo às profanações, uma reivindicação antiga que nunca lhes foi atendida, por se alegar que

o caso permanece sob segredo de justiça. “Isto porque o anterior PGR, Henrique Monteiro, diante da decisão do procurador Felismino Cardoso de mandar arquivar o caso, aceitou o pedido do procurador da Praia, mas ordenou uma condicionante, a produção de melhor prova”, diz José Filomeno Rodrigues.

Na gíria jurídica a “produção de melhor prova” significa que qualquer processo pode ser retomado no momento em que surgirem dados novos susceptíveis de darem prosseguimento às investigações, mantendo-se assim o caso em “segredo de justiça”.

Com a prescrição, era suposto que o caso tivesse conhecido um ponto final, daí os mesmos cidadãos quererem aceder ao dossier, tendo para esse efeito apresentado um requerimento junto da Procuradoria. “Só que por ironia do destino o procurador-coordenador da Praia, Arlindo Figueiredo, a entidade competente que deve despachar o nosso pedido, é a mesma pessoa que, enquanto director-central da PJ, comandou a cabala contra nós. Por isso, face ao nosso requerimento, ele limitou-se a despachar: ‘Arquive-se’. Ou seja, continuamos a não saber quando é que poderemos ter acesso ao dossier”. Para o entrevistado de **ASemana**, é óbvio que Figueiredo não deve decidir em nada que lhe diga pessoalmente respeito.

Independentemente do despacho do procurador-coordenador da Praia, Rodrigues assegura que a luta para o cabal esclarecimento das profanações não terminou. “Queremos ter acesso a todo o dossier, por isso ser um direito que nos assiste, como também queremos, na posse de todos os meandros do processo, colocá-lo à disposição da opinião pública para que ela saiba o que nos foi feito. Além disso, só na

posse de todos os dados poderemos decidir como agir em relação ao Estado. Fomos claramente prejudicados e não descartamos a hipótese de uma indemnização”.

Rodrigues recorda que nesta luta ele e os seus colegas tiveram uma vasta máquina política a trabalhar contra eles, e nalguns momentos com a cumplicidade do clero católico, que a todo o custo quis que o grupo de São Domingos fosse castigado pelas profanações. “Só que nós em nenhum momento aceitámos ser o bode expiatório desta cabala. Nesta luta, profundamente desigual, chegámos a ter contra nós dois elementos da Polícia Judiciária portuguesa que, a serviço da PJ cabo-verdiana, tentaram forjar provas contra nós. Ou seja, duas instituições que tinham como obrigação trabalhar com bases científicas puseram-se ao serviço de uma força política, o MpD”, recorda também.

Feitiço contra feiticeiro

Passou à história como o “caso das profanações”. E o grosso dossier contendo recortes de jornais, comunicados e exposições, na posse de José Filomeno Rodrigues, comprova o rio de tinta que este escândalo fez correr. O país vivia os primeiros anos da democracia pluralista, e as profanações tinham-se tornado numa arma de arremesso político, sempre utilizada por altura das eleições, contra o PAICV. Tinha sido assim em 1991 e voltara a ser assim em 1995, com o então líder do MpD e primeiro-ministro, Carlos Veiga, a prometer num comício em São Domingos que se voltasse a ganhar as eleições prenderia os culpados pelas profanações.

Um ano mais tarde, e na sequência de uma dura tomada de posição da hierarquia

católica, adoptada em Outubro de 1996, eis que dois meses depois, a 28 de Dezembro, quatro cidadãos, residentes em São Domingos e conotados com o PAICV, são presos e apresentados ao país como os “profanadores”.

Desde então José Filomeno Rodrigues, José Maria Lima, Joaquim Semedo e António Brito nunca mais tiveram sossego. Nem mesmo quando, depois de muita tinta e novas peripécias, as autoridades se viraram para três crentes adventistas, presos na Boa Vista e apresentados a julgamento, em 1999, como os presumíveis profanadores, o grupo deixou cair os braços. (Aliás, recorde-se, absolvidos na primeira instância, o Supremo Tribunal de Justiça mandou repetir o julgamento dos adventistas. E este novo julgamento voltaria a confirmar o resultado do primeiro julgamento. O caso espera a decisão final no STJ até aos dias de hoje.)

Uma coisa é certa: a partir do momento em que ficou claro o móbil político das profanações, com tudo a indicar que o feitiço se havia virado contra o feiticeiro, este tipo de prática deixou de acontecer – os últimos casos datam de 1997/98. Daí não ter causado especial espanto quando, na campanha de 2000, o então primeiro-ministro Gualberto do Rosário confessa, num comício, ter sentido pena dos elementos do grupo de São Domingos, dando a entender que os responsáveis pela trama de que foram alvos pertenciam a um outro grupo dentro do MpD, grupo esse que vinha disputando com Gualberto do Rosário a liderança desse partido na altura. Aliás, dois governantes de então implicados no dossier das profanações, José António dos Reis e Simão Monteiro, pertenciam precisamente à ala que haveria de constituir o PRD, em 2000.

Universidade de Cabo Verde empossa reitor

António Correia e Silva tomou posse, nesta terça-feira, 21, como primeiro reitor da Universidade de Cabo Verde (UniCV), cuja abertura considera ser “uma libertação nacional, em dimensões anónimas e humildes”.

A cerimónia serviu ainda para inaugurar a Reitoria da universidade pública, situada na Praça António Loreno, conhecida como a Pracinha da Escola Grande. Já na quarta-feira, 22 de Novembro, o edifício recebeu a primeira aula da UniCV, pelo gestor cabo-verdiano Alexandre Vera-Cruz, da Universidade Autónoma Metropolitana do México. A Aula Magna teve como tema “*Universidade de Cabo Verde: os desafios da estruturação de um Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento*”.

No seu primeiro discurso como Reitor da UniCV, Correia e Silva defendeu a criação de “*uma cultura amiga da investigação e do inconformismo*” e a aposta em parcerias com universidades estrangeiras, sobretudo nas áreas do ensino pós-licenciatura e da investigação.

Para o historiador, o modelo em rede da universidade pública, que “*exigiu um aturado esforço criativo*”, vai “*promover o desenvolvimento de todo o território de Cabo Verde*”, através da exploração “*de todas as virtualidades tecnológicas disponíveis*”.

Correia e Silva prometeu “*dar uma resposta concreta aos anseios dos cabo-verdianos*” no que toca à democratização do ensino superior. O historiador apelou ainda ao estabelecimento de uma “*competição virtuosa e cooperação profícua*” com as instituições de ensino privado e cooperativo de Cabo Verde.

O Reitor reconheceu ainda a importância “*marcante*” que a sua acção como primeiro dirigente da universidade pública vai ter e mos-

trou-se emocionado com “*a confiança depositada*” nele pelo Governo. Para Correia e Silva, a UniCV está “*na fronteira entre o projecto e a realidade, sempre guiada pelo sonho das gerações anteriores*”.

A cerimónia de tomada de posse de Correia e Silva contou com a presença das forças políticas de Cabo Verde e do corpo diplomático estrangeiro, bem como de um grupo de dirigentes académicos que incluiu os reitores da Universidade de Coimbra (Portugal), Seabra Santos, da Universidade de Aveiro (Portugal), Helena Nazaré, da Universidade Federal do Ceará (Brasil), René Teixeira Barreira, além de representantes das Canárias, Espanha, Portugal (Instituto Politécnico de Tomar e universidades do Algarve, Porto, e Nova de Lisboa), de França (Bordéus), do Brasil (Rio Grande do Sul) e da Bélgica (Louvain).

A estes, a ministra da Educação e Ensino Superior pediu a “*inultrapassável colaboração*” nas áreas do ensino pós-licenciatura e da investigação. Filomena Martins defendeu a criação da UniCV, afirmando que “*ter futuro custa muito dinheiro mas é muito mais caro só ter passado*”.

Já o primeiro-ministro preferiu relembrar o passado histórico do país, nomeadamente “*a luta incessante por mais liberdade*”, para considerar que, com a criação da UniCV, “*Cabo Verde está a viver mais um grande momento*”.

E a condizer com este grande momento estão os protocolos que a UniCV conseguiu rubricar logo no dia a seguir à sua criação, com as universidades de Las Palmas, Gran Canária, e com a Universidade do Al-



garve (uma instituição de referência nas Ciências do Mar, Turismo, Hotelaria e outras áreas que se encaixam na perfeição na vocação de Cabo Verde). Mas do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento veio

o financiamento de três cursos de mestrado no valor de 155 mil euros e o dinheiro para a remodelação do edifício da UniCV, 130 mil euros. Um bom começo.

Vítor Quintã



“Cabo Verde é Portugal tem

O embaixador de Portugal em Cabo Verde está de partida para Luanda, onde vai representar o seu país a partir de Janeiro de 2007. Ao fim de quatro anos na Praia, Francisco Ribeiro Telles tornou-se um dos diplomatas lusos mais estimados em Cabo Verde, e também um dos que mais trabalho apresentou. Foi durante seu consulado que a parceria especial de Cabo Verde com União Europeia e a aproximação à NATO entraram na agenda política de Cabo Verde e dos países atlânticos. Razão para afirmar, em jeito de balanço, que Cabo Verde “é talvez o país africano com que Portugal tem uma relação mais intensa”. Uma parceria que vai agora ser racionalizada, concentrando os projectos em áreas que interessam a Cabo Verde, como a cooperação técnico-militar, que se vai intensificar. Antes de ser substituído pela nova embaixadora, Graça Anderson Guimarães, que chega em Janeiro à Praia, Ribeiro Telles analisa, ponto por ponto, os “quatro anos, muito bons, nesta segunda casa fora de Portugal”. E fala na primeira pessoa.

Por: RITA VAZ

Cooperação Portugal-Cabo Verde

“Foram tempos importantes entre Portugal e Cabo Verde, ao nível da cooperação bilateral. Portugal envolveu-se numa série de projectos que iniciaram nesta altura: o apoio à criação da Universidade Pública de Cabo Verde, projectos de apoio à formação profissional, a rede de mediatecas que constituímos aqui, a finalização dos trabalhos da primeira fase da Sé, o apoio à criação da Loja do Cidadão. Conseguimos a bonificação dos juros para a construção da circular da Praia e da estrada para São Domingos. Também patrocinámos o levantamento aéreo-fotométrico de Cabo Verde, que é muito importante para os municípios.

Temos um plano integrado de cooperação para três anos, que tem um envelope financeiro de 55 milhões de euros, e um plano anual de cooperação de 16 milhões de euros. Veja o exemplo das exportações de Portugal para Cabo Verde: cresceram 28% de Janeiro a Abril deste ano face a igual período de 2005; 50% do que Cabo Verde importa vem de Portugal. E figuramos, segundo um estudo do Governo cabo-verdiano, no primeiro lugar na ajuda pública ao desenvolvimento, contribuindo com a fatia de 13,5%. Independentemente de quem esteja no governo em Lisboa ou na Praia, o fluxo de visitas é constante

e não são apenas visitas protocolares, resultam em acordos de cooperação. Por isso, me atreveria a dizer que Cabo Verde é talvez o país africano com que Portugal tem uma relação mais densa e intensa”.

UE, NATO e imigração

“O Governo cabo-verdiano erigiu como um dos principais desígnios da sua política externa a aproximação à União Europeia e à NATO, e Portugal é uma ponte importante nestes objectivos. Temos estado a partir pedra para ver quais são os mecanismos que a UE tem ao seu dispor que possam servir Cabo Verde. Trabalhamos também no sentido da aproximação de Cabo Verde à NATO. Portugal tem sido o facilitador destes encontros e penso que estes programas terão bastante impacto. Quero destacar ainda o grupo que se formou para debater a questão da imigração (Comissão Consultiva Conjunta Portugal-Cabo Verde para a Imigração), que vai propor medidas aos respectivos governos para facilitar a integração da comunidade cabo-verdiana residente em Portugal. São estes três projectos que considero os mais importantes da minha estada aqui”.

Cidade Velha

“Se tivesse que fazer um balanço do

é o país africano com que em relação mais intensa”

que foram estes quatro anos aqui, reconheço que gostaria de ter feito mais na Cidade Velha. Quando cheguei tive a percepção de que a cooperação portuguesa para a recuperação do património de Cabo Verde estava estagnada. Fui alertado pelas próprias autoridades locais para tratarmos rapidamente da primeira fase da reabilitação da Sé da Cidade Velha, uma vez que se corria o risco de o edifício ruir. Conseguimos assegurar essa fase. Mas quanto ao projecto para a reabilitação urbana da Sé, um estudo encomendado ao arquitecto Siza Vieira, reconheço que houve alguns desentendimentos e o projecto ficou parado no tempo. Siza Vieira esteve cá na semana passada, contactou as autoridades cabo-verdianas que tratam as questões do património e o IPAD, e penso que finalmente terão concertado no sentido de se poder dar um novo impulso à nossa cooperação com Cabo Verde no que diz respeito à Cidade Velha”.

Ensino do português

“Um projecto que também teve impacto foi a contratação de professores portugueses para o ensino secundário. A intenção do projecto é que o número de professores venha a diminuir, e isso já está a acontecer, a favor da integração dos quadros cabo-verdianos.

Por aquilo que os professores me transmitem, os alunos entendem o português quase como uma língua de sacrifício – isso tem sido uma dificuldade que enfrentam. Há uma certa relutância em aprender o português. O crioulo é uma língua generalizada, a língua materna, de forma que é muito mais fácil falar o crioulo do que o português. (A oficialização do crioulo), é uma questão sobre a qual não tenho qualquer ideia e que compete a Cabo Verde decidir. Este governo tem tomado as opções correctas e tem dado provas de uma grande maturidade”.

Electra

“Foi o dossier mais difícil, embora não me dissesse directamente respeito porque se tratava de empresas portuguesas, com a quase totalidade de capitais privados. Mas sentia, todos os dias, a angústia das pessoas relativamente à situação da Electra. Penso que a solução que se encontrou (o Estado cabo-verdiano assumiu a direcção da empresa) foi, talvez, a que melhor serve os interesses de Cabo Verde”.

Turismo, um desejo por concretizar

“Penso que os investidores portugueses não têm estado atentos às potencialidades que Cabo Verde oferece em termos turísticos. É um sector em que gostaria de ver uma presença portuguesa mais forte, tanto no investimento como na aposta na formação.

Gostaria de ver grupos portugueses na Boa Vista, ou a aproveitar as potencialidades do Fogo, de Santo Antão, de São Vicente e mesmo do Sal.

O índice de fluxo turístico é o único em que não estamos em primeiro lugar. Há mais italianos a viajar para Cabo Verde, mas, dizem-me as autoridades cabo-verdianas, o turista português é o tipo de turista que interessa. Conhece a língua, não fica fechado nos hotéis, vai procurar o restaurante local, é um turista que se mistura e isso dá mais dinheiro. No entanto, os preços das viagens aéreas têm aqui algum peso. Conseguimos a revisão do acordo aéreo, mas mesmo assim continua a ser mais barato viajar de qualquer ponto da Europa para Cabo Verde do que de Lisboa”.

Melhorar parcerias

“Portugal e o Governo de Cabo Verde querem racionalizar os projectos de cooperação. Temos uma multiplicidade de pequenos projectos cujo impacto real desconhecemos, sequer sabemos se foram concluídos. Em vez de termos 2000 projectos queremos passar a ter 50 ou 60, que possamos gerir e controlar. Esse esforço foi feito o ano passado e a tendência vai ser focalizar esses projectos em áreas prioritárias para Cabo Verde.

Uma dessas áreas será a cooperação técnico militar. Com os problemas que Cabo Verde enfrenta para controlar as suas águas marítimas e o tráfico de estupefacientes, é cada vez mais importante uma colaboração estreita com países europeus, e Portugal vai dar o seu apoio. Assinámos recentemente um tratado de cooperação no domínio da fiscalização dos espaços marítimos sob soberania de Cabo Verde e tivemos já, nesse quadro, uma fragata portuguesa, com elementos cabo-verdianos, a vigiar as costas cabo-verdianas. Vamos ainda aproveitar a presidência portuguesa da UE, no segundo semestre de 2007, para darmos um impulso forte a este aspecto”.

Uma relação especial

“Temos aqui um papel muito especial. O embaixador de Portugal não pode esquecer que é o embaixador de um país que esteve aqui a colonizar. Portanto, ocupamos, para o mal e para o bem, um lugar muito especial. As referências culturais, desportivas e económicas cabo-verdianas estão muito ligadas a Portugal. É natural que haja um relacionamento diferente do que existe com os outros países. Noto que a comunidade portuguesa, ao contrário do que poderá ser com outros países, está bem inserida. Você vai a um restaurante e encontra portugueses a jantar com cabo-verdianos. Há um relacionamento normal e natural. Se existem susceptibilidades eu não me apercebi disso. Até costume dizer que se os portugueses ainda têm algumas susceptibilidades em relação a Espanha, e já lá vão sete séculos, o

que dizer de Cabo Verde quando só se passaram 30 anos? (risos)”.

Uma casa fora de Portugal

“Recordarei sempre com imensa saudade os quatro anos que passei aqui. Fui feliz, senti-me muito bem em Cabo Verde, e acho que o relacionamento humano que estabeleci vale por tudo. Vim, em Outubro de 2002, de Madrid, onde era o número dois. Praia era a minha primeira embaixada e muitos me perguntavam como era passar da castelhana em Madrid para o Plateau... [risos]. Em 24 horas o meu mundo mudou, mas eu senti-me imediatamente bem em Cabo Verde. Gostei das pessoas, podia discutir tudo com elas: ouvíamos a mesma música, falávamos do futebol por que temos os mesmos clubes (o embaixador é do Sporting). Há uma empatia.

De cada vez que ia de férias, ou a Lisboa ou a outro sítio qualquer, sentia-me reconfortado ao voltar. É muito bom, para quem anda pelos quatro cantos do mundo, ter esta sensação. Não é qualquer país que a dá, e, de facto, Cabo Verde deu-me isso: é quase uma segunda casa fora de Portugal”.

Angola: Liga dos Campeões da diplomacia

“Um ex-ministro dos Negócios Estrangeiros português dizia-me que só estava realmente preocupado com a nomeação de embaixadores para os sítios onde se lida directamente com os interesses portugueses, e colocava Angola numa espécie de Liga dos Campeões da diplomacia portuguesa. Está de facto entre os cinco postos mais importantes. Será certamente um desafio para mim, quando chegar a Luanda em Janeiro de 2007. É uma realidade um pouco diferente de Cabo Verde. Tem outro tipo de problemas mas fico contente de continuar em África e, por outro lado, de poder continuar a servir num país que fala português, e que tem referências em comum com Portugal. Em Cabo Verde, fiz política externa todos os dias, há solicitações de diversa ordem e temos margem para fazer algumas coisas interessantes, o que não acontece em muitos países. Sinto que também em Angola vamos ter muito a dar, e que há também fortes expectativas do governo em relação ao que espera de Portugal”.

Nova embaixadora

“Chega em meados de Janeiro à Praia. Chama-se Graça Anderson Guimarães. Esteve algum tempo em Bruxelas e em Londres, com uma licença, para acompanhar o marido que também é diplomata. Temos falado ao telefone, há sempre uma multiplicidade de coisas a tratar. Tenho-lhe dito que as pessoas em Cabo Verde são abertas e que os contactos são fáceis. Recomendei-lhe que venha empenhada e com vontade de fazer coisas”.

ARE actualiza tarifas de bens e serviços

A nova tabela de preços dos bens e serviços, anunciada no início da semana pela Agência de Regulação Económica, está a dividir a sociedade civil e, sobretudo, a classe política nacional. O PAICV congratula-se com a medida, enquanto a UCID e o MpD consideram inoportuna esta actualização tarifária. Os ventoinhas até foram mais longe, ao apresentarem ao Parlamento uma Moção de Censura contra o executivo de José Maria Neves. Este, por sua vez, passa a bola para o Acórdão do STJ de 9 de Novembro, que “*pôs fim ao sistema de subsídio cruzado*”.



Preços da discórdia

A nova tabela tarifária dos bens e serviços, divulgada no início da semana pela ARE está a agitar a sociedade cabo-verdiana. Mal saiu esta actualização dos preços, encarecendo a maior parte dos produtos básicos, caíram em catadupa as reacções. De um lado, a ARE, do outro o governo estão a justificar esta medida impopular com o acórdão do STJ, de 9 de Novembro, que considera inconstitucionais três decretos de lei aprovados pelo executivo e que criam o regime especial de aplicação do IVA.

Depois das Associações de Defesa dos Consumidores, Adeco e Prodeco, terem condenado este agravamento dos preços, foi a vez dos partidos da oposição, com assento parlamentar, se fazerem ouvir. A UCID aponta o dedo a José Maria Neves e acusa-o de adoptar uma posição que “*é mais uma afronta para os cabo-verdianos*”. Segundo António Monteiro, “*repor a legalidade sobre o regime de aplicação do IVA, como prometeu o primeiro-ministro, não significa aumentar os preços*”, pelo que o líder do partido democrata-cristão pede “*consenso entre o MpD e o PAICV*” para a resolução rápida do problema.

O MpD também culpa a política do governo sobre esta matéria, e até vai mais longe. O maior partido da oposição apresentou ao Parlamento, na quarta-feira, uma Moção de Censura contra o executivo de José Maria Neves. Em causa “*está a atitude do governo face ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça*”. É que, diz o Grupo Parlamentar do MpD, “*o executivo tinha e estava em condições de apresentar em regime de urgência, uma proposta de lei que podia ser apreciada em 48 horas pelo Parlamento*”, mas preferiu “*ignorar esta prerrogativa*”, criando “*intencionalmente um vazio e, consequentemente, o aumento de preços dos produtos básicos como o gás, o petróleo, os transportes, a electricidade e a água*”.

Na sua Moção de Censura, o grupo Parlamentar ventoinha, liderado por Ulisses Correia e Silva, refere-se ainda “*ao desrespeito pelo Supremo Tribunal de Justiça, e pelo princípio da separação de poderes*”, o que denota uma “*falta de humildade do Governo face ao Acórdão, e a concretização da ameaça que permanentemente membros do Governo fizeram à sociedade cabo-verdiana*”.

No centro da polémica, o primeiro-ministro fez questão de vir a público, a partir da ilha do Sal, desmistificar “*a grande confusão*” que o assunto está a provocar. Para já, adianta José Maria Neves, “*este aumento é consequência do Acórdão do Supremo Tribunal que declarou inconstitucionais as normas que o governo tinha aprovado para proteger as empresas e para apoiar os cidadãos, particularmente os mais carenciados*”. Acontece que o governo tinha, de acordo com JMN, “*um mecanismo de subsídio cruzado, ou seja, as pessoas pagavam muito menos a água, a electricidade, o pão, as telecomunicações e os transportes rodoviários, que são bens essenciais, e, para compensar o facto de pagarem menos esses produtos, nós aumentámos ligeiramente a base de incidência do gasóleo e gasolina*”. Quer dizer, os consumidores pagavam menos por muitos produtos e mais para o gasóleo e gasolina num sistema de “*subsídio cruzado*”.

E com o acórdão do STJ, o preço do gasóleo e da gasolina reduziu ligeiramente, mas todos os produtos estão sujeitos agora à aplicação do IVA. É que antes, sublinha José Maria Neves, em “*vez de os consumidores pagarem 15% sobre 100% da factura, pagavam 15% sobre 20% da factura. Se o gás custasse 1000 escudos as pessoas pagavam o IVA sobre 200 escudos. Neste momento, as pessoas vão passar a pagar 15% sobre mil escudos, e é por isso*

que o preço aumenta...”, faz as contas. Ainda de acordo com JMN, o Governo já apresentou ao parlamento uma nova proposta de lei, no sentido de repor o mecanismo de “*subsídio cruzado*” que irá fazer baixar os preços, caso for aceite pelos deputados.

A NOVA TARIFA

Enquanto isso, o país convive há quatro dias com uma nova tabela de preços dos produtos, que baixou o valor do gasóleo e da gasolina, mas tornou mais caro todos os restantes bens e serviços. Agora, os consumidores pagam 125\$80 por um litro de gasolina Super, que dantes custava 145\$00. O gasóleo, que custava 90 escudos o litro, vale agora 85\$30.

Nos restantes produtos derivados do petróleo, a variação é inversa. O petróleo aumenta 13 escudos, fixando-se nos 87\$00 o litro. O fuel, por kg, também sofre um agravamento: as garrafas de 180 quilos sobem de 49 para 50\$84, e as botijas de 380 kg, passam de 40 para 43\$18 escudos. As garrafas de três quilos de Butano passaram a custar mais, com um aumento de 16\$46 por cento, fixando-se em 460 escudos. As de 6 kg são adquiridas agora por 975\$00, enquanto as garrafas de 12,5 kg passam a custar 2030\$00. O gás butano, de 55 kg, sobe para 8945\$00 e as garrafas de consumo industrial (por Kg), 162\$60 escudos.

A actualização tarifária da ARE encarece também todos os restantes bens e serviços. Assim, o preço do bilhete para os transportes colectivos urbanos é agora de 35\$00. A correcção de preços com base na taxa de IVA de 15 por cento fez aumentar as tarifas de água e luz, 12% e 10% respectivamente.

Hermínio Silves

ATR imobilizado no aeroporto da Praia

Um avião ATR-42 da TACV está impedido de efectuar voos desde a passada sexta-feira, por ordens emanadas da Agência de Aviação Civil. A autoridade aeronáutica negou renovar o Certificado de Navegabilidade da aeronave, que ficará assim retida na placa de estacionamento do aeroporto da Praia a aguardar a emissão do competente documento.

Segundo Agnelo Barbosa, Administrador da AAC para a área da Segurança Operacional, a TACV solicitou a renovação do Certificado mas os testes posteriores efectuados pela Agência da Aviação Civil comprovaram que, afinal, o aparelho não estava em condições de efectuar viagens com toda a segurança. “*A empresa solicitou a renovação do Certificado, mas a inspeção feita ao avião revelou que*

o aparelho não estava em condições de navegabilidade. Agindo em consequência, a AAC tomou a decisão de imobilizar o avião até que as situações normais de navegabilidade sejam repostas”, explica o responsável pela área da Segurança na AAC. Segundo Barbosa, a emissão do Certificado leva em conta a parte documental e a das inspeções físicas ao avião. O documento só é passado quando todos os requisitos estiverem preenchidos.

O prazo de validade de um Certificado de Navegabilidade varia mas, em relação a este caso concreto, o período de prevalência é de seis meses. Todavia, a validade do documento pode ser inferior se ocorrer, por exemplo, algum acidente ou dano capaz de pôr em causa a segurança dos passageiros.

Segundo Agnelo Barbosa, a TACV tem estado a trabalhar para solucionar os problemas detectados pela inspecção da AAC. Porém, foi impossível saber junto da companhia aérea a sua opinião sobre a medida punitiva da Agência de Aviação Civil.

Este assunto, segundo uma fonte da empresa, deveria ser tratado com a Direcção das Operações de Voo. Só que o responsável por esta área está ausente do país. Outra opção aventada foi um contacto com o Administrador responsável pela área operacional. Mas, apesar das tentativas, resultou impossível ouvir a versão da transportadora aérea sobre a matéria.

Ainda assim, podemos avançar que a não autorização dos voos de um dos

três ATRs da TACV está a causar grandes prejuízos à companhia, que, no último fim-de-semana, teve de cancelar a maior parte dos voos domésticos e regionais. Voos que saíram com várias horas de atraso, outros que nem chegaram a ser efectuados, passageiros a lotar os hotéis, pessoas nervosas por perderem voos de ligação a outros destinos, são cenários que se repetiam em quase todos os aeroportos nacionais. Mesmo em Dacar e Bissau a TACV teve que arcar com avultadas despesas de alojamento e alimentação, por mais de 48 horas de atraso. É que a transportadora aérea nacional neste momento só tem um ATR para as ligações inter-ilhas e para os voos regionais (Dacar e Bissau), já que um terceiro ATR está em vistoria técnica no estrangeiro.

Kim-Zé Brito

O empreendimento turístico Rancho Relax, em São Jorge dos Órgãos, vai a concurso de exploração. O Inida decidiu partir para o arrendamento deste espaço situado na zona protegida de São Jorge, porque não conseguiu chegar a acordo com a Eco-Atlântico, empresa luso-germânica que venceu o concurso de 2004 e que prometia recuperar e transformar o Rancho Relax no primeiro hotel-escola do país.



CONFLITO COM INVESTIDOR ALEMÃO

Rancho Relax vai a concurso

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, Inida, acaba de lançar um concurso público (ver Classificados deste jornal) para o arrendamento comercial do Rancho Relax, empreendimento turístico situado em São Jorge dos Órgãos e que dispõe de um restaurante, uma esplanada, dez quartos de dormir e uma vasta área verde para o ecoturismo. As candidaturas, abertas a nacionais e estrangeiros, deverão ser entregues até o dia 8 de Dezembro, juntamente com um projecto de investimento rural, ambiental e ecológico.

Na verdade, o despacho que autoriza este novo concurso não é mais que o culminar de um processo que vinha se arrastando há mais de dois anos, e que durante todo esse tempo votou ao abandono um dos mais bucólicos espaços turísticos de Cabo Verde, o Rancho Relax. E como a direcção do Inida e os responsáveis da empresa turística Eco-Atlântico, que em 2004 venceu o concurso para explorar o Relax, não conseguiram chegar a acordo, o Instituto resolveu anular o concurso. A justificação para esse desentendimento difere entre as partes.

Fonte próxima da empresa luso-germânica assegurou a **A Semana** que o problema teve a ver com o período de exploração. "A Eco-Atlântico queria uma concessão de dez anos, mas o Inida quis dar apenas cinco anos de

exploração, um prazo que consideraram muito curto para o retorno do investimento. Como o Inida fez finca-pé, a Eco-Atlântico recusou-se a assinar o contrato", conta a nossa fonte que refere ainda um "fax violento" enviado pelo sócio maioritário da empresa no qual ele diz, taxativamente, que "tem mais de 60 anos, e que por isso não é homem para ser levado na brincadeira". E, por causa deste desentendimento, o alemão terá desistido também de outros projectos como a construção de uma marina em Pedra Badejo e a compra do Bulimundo (onde está sediada a CM de Santa Cruz) para transformá-lo num hotel.

No Inida a história conta-se de forma diferente. "A Eco-Atlântico falhou. Desde que venceram o concurso, portanto em 2004, só nos contactaram uma única vez. E isso foi em Fevereiro do ano passado", começa por dizer o presidente daquele Instituto. Para Isildo Gomes, o sócio alemão da Eco-Atlântico mente quando diz que desistiu do rancho Relax por causa do prazo de exploração. "Não foi nada disso, tanto que ele nem sequer apresentou a proposta financeira. O que terá havido é uma confusão quanto ao verdadeiro sentido da nossa proposta, ou seja, queríamos um contrato de exploração de cinco anos renovável, mas que podia ser alargado a mais tempo, desde que o investidor estivesse a funcionar

em pleno durante dois anos e meio. Isto é, pedíamos uma espécie de garantia antes de concedermos um prazo mais alargado. Mas, volto a repetir: nós não assinamos o contrato porque a Eco-Atlântico desapareceu sem dar cavaco. E isso não pode ser, porque o Inida tem de gerar 50% de receitas para o seu funcionamento e o Relax é que garante essa verba", revela Gomes, antes de rematar: "lamento o hotel-escola, mas tem de ser. O Rancho Relax não pode ficar fechado".

Aliás, ficou tempo demais improdutivo, consideram fontes próximas, sobretudo se apegarmos à afirmação do Inida em como o Relax garante em 50% da verba que aquele Instituto precisa para funcionar. E essa fonte pergunta, se assim é, por que é que o Rancho Relax esteve grande parte do tempo fechado (desde 1998), com gestão directa do Inida e a funcionar apenas mediante reserva, sem acesso do grande público? Uma pergunta que fica.

O certo é que com a empresa segunda classificada do concurso anterior fora do mercado, o Inida decidiu, então, abrir um novo concurso para recuperar o Rancho Relax. A acreditar nas metas estabelecidas por Isildo Gomes, no início de 2007 o Relax estará a funcionar com uma nova gerência e pronta para conquistar o seu espaço no mercado turístico cabo-verdiano.

HS

FIC satisfeita com a feira da Praia

Mais de seis mil pessoas visitaram os stands da Feira Internacional de Cabo Verde organizada na cidade da Praia, um número que, na perspectiva de Amiro Faria, pode constituir um recorde. O presidente da FIC ficou impressionado com tanta adesão do público.

"Houve uma expressiva afluência do público e ninguém reclamou da localização do pavilhão. Os próprios expositores manifestaram a sua plena satisfação pela qualidade deste evento", assegura o presidente da FIC, para quem o layout dos stands e a arrumação dos espaços permitiram o funcionamento normal da feira.

A feira contou com a participação de 104 expositores, que ocuparam 147 módulos. Além de Cabo Verde, o certame envolveu empresas vindas de Portugal, Espanha, Brasil, Itali e Guiné-Bissau, que apostaram em amostras de materiais de construção civil, produtos alimentares, confecções e equipamentos informáticos.

E enquanto não acontece, a próxima edição, a de 2007, a FIC está a tentar realizar uma exposição ligada ao ramo automobilístico na capital e já iniciou contactos com as empresas do ramo.

KzB



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
Oficiais		
31-05-1999	Redesconto	8.5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7.5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1.0
21-11-2006	Mercado Monetário Interbancário 1)	6.00
30-10-2006	Taxa Base Anual 2)	3.06
Títulos da Dívida Pública		
30-10-2006	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	2.94
13-11-2006	Obrigações de Tesouro - 5 anos	5.12

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 22-11-2006				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	75,062	75,203
SUICA	CHF	100	6.914,154	6.926,930
DINAMARCA	DKK	100	1.477,413	1.480,102
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	163,252	163,555
JAPAO	JPY	100	72,844	72,971
NORUEGA	NOK	100	1.332,613	1.335,303
SUECIA	SEK	100	1.212,008	1.214,865
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	85,949	86,151
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,824	12,026

1. A taxa do Mercado Monetário Interbancário (MMI) é uma taxa média ponderada de oferta de fundos entre as instituições participantes no MMI.

2. A Taxa Base Anual (TBA) é uma taxa indexante para aplicações sem risco, criada para servir de referência à procura e oferta de fundos. É uma taxa anual nominal, convertível semestralmente, equivalente à taxa anual média efectiva das 20 últimas colocações de Bilhetes do Tesouro (BT's), de qualquer prazo, ponderadas pelos respectivos montantes.

O período de referência é o imediatamente a seguir a cada nova emissão.

Mãe e filha assassinadas?

A ilha do Sal está em estado de choque com a notícia da morte de mãe e filha no passado fim-de-semana. O choque deu lugar à incredulidade com o resultado da autópsia, que indicou morte por “*asfixia mecânica*”. Rufina da Cruz, 25 anos, e Fabiana, quatro anos, afinal podem ter sido assassinadas. A polícia, pelo menos até ao fecho desta edição, continua a investigar o caso.

Os corpos de Rufina e Fabiana foram encontrados sem vida, no sábado à tarde, por um grupo de militares que teriam ido buscar carne para um convívio em casa de Rufina. A mãe estaria em cima da cama e a filha no chão do quarto onde moravam. De acordo com informações da Delegacia de Saúde, Rufina e Fabiana só foram encontradas de 18 a 20 horas depois de terem morrido.

Segundo **A Semana** apurou, na ocasião não havia nenhum indício de violência, pelo que se colocava a possibilidade de uma intoxicação alimentar, ou mesmo uma fuga de gás no fogão ter ceifado a vida a mãe e filha. Mas a polícia nunca descartou a hipótese de crime, e o que agora o resultado da autópsia revelou, morte por “*asfixia mecânica*”, indica mesmo a forte possibilidade – até que se feche o caso tudo pode acontecer – de mãe e filha terem sido assassinadas. Caso se comprove essa hipótese, é bem provável que estejamos diante de um crime passional.

Várias são as histórias que vêm circulando pelas ruas no Sal mas, até que a polícia desvende este mistério, tudo não passa de pura especulação. A PJ, até ao fecho desta edição apenas confirmava o resultado da autópsia e, claro, alegava que estava a



investigar o caso e não havia nenhuma informação oficial sobre suspeitas de quem teria cometido o eventual crime.

Rufina deixa duas crianças órfãs, uma de oito, outra de seis anos de idade. Ela e Fabiana foram levadas a enterrar no final da tarde, imediatamente após a conclusão da autópsia.

E foi mesmo um final de semana triste para a ilha do Sal, onde se registaram alguns casos de acidentes

graves de trabalho, um deles causando a morte de Lívio Gomes Cabral, 45 anos, natural de Santiago, trabalhador da construção civil. Lívio morreu ao cair do terraço de uma casa que estava a cobrir, na localidade de Ribeira D’Oze. É que, além da queda, Lívio foi atingido pela caldeira de uma betoneira cheia de massa. O malogrado deixa para trás mulher e oito filhos, no Concelho de Santa Catarina, Santiago.

KS

a semana Sexta-feira, 24 de Novembro de 2006

Rabidantes transferidas para Madrid



As oito rabidantes presas em Las Palmas foram transferidas das ilhas Canárias para Madrid, capital de Espanha, no o passado mês de Outubro. Segundo Juan Cardena, Cônsul de Cabo Verde em Las Palmas, a transferência foi ditada pela superlotação do presídio onde as cabo-verdianas estavam encarceradas. Tudo indica que as oito mulheres, condenadas por tráfico humano e falsificação de documentos, estão neste momento colocadas em diferentes estabelecimentos prisionais, tais como a cadeia de Salamanca e a de Madrid.

“Com a transferência, deixamos de poder seguir a situação delas como antes fazíamos. O acompanhamento agora passou para a alçada do Consulado de Cabo Verde em Madrid”, respondeu Cardena quando questionado se a representação diplomática da Praia nas ilhas Canárias tem tido notícias da situação das oito presas. Porém, apesar das tentativas, foi impossível o contacto telefónico com Silvino Lopes, cônsul de Cabo Verde em Madrid.

Recorde-se que a Justiça espanhola condenou o grupo a cinco anos de prisão por terem sido apanhadas a tentar entrar na Europa com um grupo de doze crianças e munidas de documentação falsa. As mulheres foram condenadas no passado mês

de Março e a sentença “*desnorteou*” a esperança das visadas, que contavam apanhar uma pena máxima de três anos.

A sentença do tribunal não diferenciou nenhuma das arguidas, ou seja, todas foram consideradas culpadas pelos crimes de tráfico humano e falsificação de documentos. O grupo incorria a uma pena máxima de oito anos e, durante o julgamento, o Ministério Público chegou a propor a redução dessa sentença para metade, com a condição de o juiz prescindir do julgamento formal. Esta iniciativa foi entretanto recusada, pelo que o juiz optou por realizar o julgamento numa única sessão. As oito arguidas foram acusadas de falsificação de documentos e tráfico de pessoas, mas alegaram inocência no tocante a este segundo ponto.

O grupo, que não tinha antecedentes criminais, foi capturado nas Canárias quando tentava introduzir doze adolescentes na Europa, de forma ilegal. Na altura, as oito suspeitas foram detidas para serem apresentadas ao Tribunal enquanto que as restantes doze pessoas – sete do sexo feminino e cinco do sexo masculino – ficaram a aguardar a ordem de expulsão do território espanhol.

Kim-Zê Brito

JUDICIÁRIOS APEDREJADOS

Uma operação desencadeada pela Judiciária numa noite da semana passada, esteve na iminência de descambar para um incidente social, em S. Vicente. Agentes da PJ armados cercaram uma residência munidos de um mandato de busca, por suspeita de tráfico de droga. A dada altura, o clima entre os espectadores aqueceu e, segundo consta, alguns populares apedrejaram os policiais que, na retirada, fizeram disparos para o ar. Segundo a Judiciária, apenas um carro foi atingido por uma pedrada, no tejadilho.

A operação visou a captura em flagrante delito de um alegado traficante de droga, que estava na lista negra da instituição havia algum tempo. Na sequência da busca domiciliária foram encontrados oitenta “*pedras*” e uma placa de crack. Além do produto estupefaciente, a Judiciária apreendeu dinheiro, telemóveis e documentos presumivelmente relacionados com a actividade ilegal. O detido foi presente ao Tribunal de S. Vicente tendo ficado sob o regime de prisão preventiva.

KzB